



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6897 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 09 - Trabalho e Educação

**EDUCAÇÃO E INCLUSÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA MULHERES MIL NO IFRJ – CAMPUS VOLTA REDONDA**  
 Andréa Simoni Manarin Tunin - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

**EDUCAÇÃO E INCLUSÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA MULHERES MIL NO IFRJ – CAMPUS VOLTA REDONDA**

O Programa Mulheres Mil (PMM) foi inicialmente estruturado no país por meio de uma parceria entre o Brasil e alguns *colleges* do Canadá no ano de 2007. Seu objetivo era a formação educacional, profissional e cidadã de mulheres economicamente desfavorecidas nas regiões Norte e Nordeste do país, favorecendo a inserção do seu público-alvo na vida produtiva, fosse por meio de emprego formal ou do desenvolvimento do seu potencial produtivo. Após os primeiros resultados, o Ministério da Educação decidiu expandi-lo pela Rede Federal de Ensino do país, prioritariamente através dos Institutos Federais. Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo apresentar o Programa Mulheres Mil do Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro – campus Volta Redonda desenvolvido entre os anos de 2013 e 2014. Ao compreendermos que a política pública de educação para a redução da desigualdade de gênero ainda é escassa (Rosemberg, 2001), torna-se relevante avaliar a efetividade do PMM para as alunas e profissionais que dele participaram, além de realizar uma reflexão sobre o papel do programa enquanto ação interligada entre educação e trabalho.

A metodologia utilizada foi a etnografia, já que é bastante empregada nas ciências sociais e preconiza o acompanhamento detalhado do tema através da observação participante e coleta de dados através de leis, regulamentos e vivências do cotidiano (Mainardes, 2009). O caráter qualitativo se complementa pela realização de entrevistas com as alunas e profissionais que participaram do programa para que seus depoimentos fossem analisados junto ao referencial teórico utilizado, assim foi possível realizar um comparativo entre o que era preconizado pelo programa e o que de fato foi realizado.

Para nos aprofundarmos nas discussões sobre o PMM, inicialmente é preciso debater a questão de gênero, principalmente no mundo do trabalho (Oliveira, 2013). A herança conservadora e autoritária do Estado e da sociedade brasileira, por muito tempo, deixou silenciada as políticas públicas voltadas para a mulher. A luta por mudanças, por direitos e por

políticas pública nessa área, se intensificam a partir da década de 1960 com os movimentos feministas (Blay, 2003).

As transformações nas políticas públicas, assim como no comportamento da sociedade não são rápidas, muitas vezes nota-se movimentos de avanços e retrocessos tanto por parte do governo quanto da sociedade civil. Destaca-se a realização da I Conferência Nacional de Política para Mulheres realizada em 2004 que propôs o princípio da transversalidade de gênero nas políticas públicas. O PMM, teve nesse mesmo ano suas primeiras atividades e representou uma ação transversal que buscou através da educação capacitar mulheres em situação de vulnerabilidade social para o mundo do trabalho. Cabe aqui destacar que os interesses do capital estão intimamente relacionados com o projeto de educação e de formação de mão-de-obra para o país. Por isso, não podemos deixar de refletir sobre o papel das agências financiadoras nesse processo, dentre elas podemos citar o Banco Mundial, FMI e OMC.

O PMM do IFRJ – Campus Volta Redonda ofertou os Cursos de Cuidador Infantil, Recreador e Organizar de eventos, a escolha desses cursos ocorreu diante da demanda de representações sociais da cidade e dos recursos disponíveis para executá-lo. A própria escolha dos cursos não contribuiu para a superação da lógica estabelecida para os trabalhos prioritariamente femininos, precários e subalternizados. Mais uma vez, podemos fazer uma crítica entre o que as políticas públicas para mulheres propõem e o que é ofertado.

No total, foram 149 matrículas, 109 alunas formadas e 40 desistências. Considera-se a taxa de evasão baixa diante dos relatos das dificuldades enfrentadas por alunos e profissionais do programa sobre atraso de bolsas, falta de apoio para transporte e alimentação, resistência de familiares para que as alunas fossem para a escola, além da falta de estrutura e materiais para as aulas.

Outro dado relevante sobre o programa trata-se do ingresso no mundo do trabalho através da formação proporcionada. Apesar de esforços e parcerias locais para o treinamento e a inclusão das alunas nos postos de trabalho, apenas 9 mulheres conseguiram emprego. Nesse sentido, um dos principais objetivos não foi atendido. Apesar disso, a maioria das alunas destacou como positivo o retorno para o ambiente escolar, independente de ter ou não conseguido um trabalho. Muitas identificaram a escola e os profissionais como instrumentos de inclusão social.

Se a inclusão for pensada como forma de fazer uma pessoa se sentir novamente parte da sociedade e se entender como sujeito de direitos em um espaço de onde anteriormente ela foi afastada, é possível compreender que o PMM foi inclusivo, principalmente por transitar na contramão das estruturas sociais predominantemente marcadas pelo machismo. A prova disso é que o programa buscou com frequência o empoderamento da mulher nos seus aspectos sociais, culturais e políticos.

Os fatores, anteriormente apresentados, podem demonstrar características da inclusão promovida pelo PMM, porém não podem ser considerados suficientes para de fato atrelarmos a educação ao trabalho. Embora tenham sido observados ganhos significativos com as alunas do PMM, o fato da baixa inclusão no mundo do trabalho compromete os objetivos gerais do programa, assim como a busca pela igualdade de gênero. Mesmo com o desenvolvimento do

PMM, poucas mudanças econômicas foram observadas, o que conseqüentemente as colocam às margens do emprego formal. Além disso, a falta de emprego fará com que muitas alunas continuem presas às tarefas historicamente estabelecidas para mulheres. É preciso repensar novas estratégias de inclusão de maneira mais específica para questão do trabalho. O caminho talvez seja integrar novas instituições ao programa para somar saberes e possibilidades e assim não responsabilizar exclusivamente a escola por essa atribuição.

O PMM em um balanço geral, pode-se dizer que cumpriu parcialmente seus objetivos de inclusão. Os resultados positivos precisam ser exaltados e valorizados como grandes avanços em uma sociedade extremamente desigual, principalmente no que se refere à questão de gênero no trabalho, assim como os resultados que não foram alcançados também não podem ser pura e simplesmente entendidos como fracasso. É preciso compreender que como qualquer programa de inclusão, o PMM enfrenta os limites reais impostos por uma sociedade capitalista e desigual. Conferir a ele todas as responsabilidades elencadas em seus documentos formais, trata-se de um esforço e de uma responsabilidade que vai muito além da escola e de seus educadores.

Para além do espaço escolar, é preciso buscar a superação da lógica mecanicista e salvacionista contida na concepção do PMM e entender os ganhos reais que o programa proporciona. Afinal, da forma que o programa foi executado, estaríamos também formando mão-de-obra barata e pouco qualificada para o mercado, o que nada mais é que o abastecimento do exército de reserva tão importante para o sistema capitalista.

**Palavras-Chave:** Programa Mulheres Mil; Educação e Trabalho

## REFERÊNCIAS

- BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. *Estudos avançados*, v. 17, n. 49, set. 2003. p. 87-98.
- MAINARDES, Jefferson. Pesquisa etnográfica: elementos essenciais. In: MAINARDES, Jeferson. *Pesquisa Social: reflexões teóricas e metodológicas*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009 p. 99-123.
- OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Silva Moreira et al. *Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Sergipe: interfaces com a educação e o trabalho*. 2013.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Caminhos cruzados: educação e gênero na produção acadêmica. *Educação e Pesquisa*, v. 27, n. 1, jan. 2001. p. 47-68.